

OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA COM IMPORTANTES PARCEIROS COMERCIAIS SOB A ÓTICA DO MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL[#]

Alícia Cechin[•]
André Filipe Zago de Azevedo^{••}
Angélica Massuquetti^{•••}

Resumo: O estudo examina através de um modelo de equilíbrio geral computável, os efeitos que a criação de APCs com importantes parceiros comerciais do Brasil teria sobre variáveis-chave para a economia, especialmente bem-estar e comércio internacional. Os resultados mostraram um aumento expressivo nas exportações de produtos primários e de baixa intensidade tecnológica, quando simulada a redução parcial e plena das tarifas de importação. No entanto, com a redução plena de tarifas e BNTs, as exportações brasileiras de setores de maior conteúdo tecnológico seriam as mais beneficiadas, enquanto a liberalização parcial das BNTs, além de reduzir a magnitude das exportações em todos os acordos, iria estimular mais setores de menor conteúdo tecnológico em vários acordos. No que se refere ao ganho de bem-estar, verifica-se o mesmo comportamento das exportações, mas quando ocorre a redução das BNTs, o maior ganho de bem-estar é obtido em setores de maior intensidade tecnológica.

Palavras-chave: Acordos Preferenciais de Comércio; Modelo de Equilíbrio Geral Computável; GTAP.

Abstract: The study examines through a computable general equilibrium model the effects the creation of PTAs with important trade partners of Brazil would have on key variables for the economy, especially welfare and trade. The results show a significant increase in exports of primary products and low technological intensity, when simulated the partial and full reduction of import tariffs. However, with the full reduction of tariffs and NTBs, Brazilian exports of sectors with higher technological content would be the most benefited, while the partial liberalization of NTBs, besides reducing the magnitude of exports in all agreements, would stimulate more sectors of lower technological content in most agreements. With regard to welfare gains, the same behavior of exports is observed, when reduction of NTBs occur, the greatest welfare gain is obtained in sectors of higher technological intensity.

Keywords: Preferential Trade Agreements; Computable General Equilibrium Model; GTAP.

Código JEL: R13. C68.

[#] Esta pesquisa teve o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[•] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: alicia_cechin@hotmail.com

^{••} Professor no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e pesquisador do CNPq. E-mail: aazevedo@unisin.br

^{•••} Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: angelicam@unisin.br

Introdução

Quando observada a participação das exportações e das importações no Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil ainda se encontra entre os países com menor grau de abertura comercial, como destacam Canuto et al. (2015). O tamanho do Brasil, muitas vezes, é utilizado para explicar o baixo grau de abertura do país. No entanto, esse argumento não se sustenta diante de um exame mais criterioso. Os autores destacam que a ausência do Brasil nas redes globais de produção só pode ser explicada de forma parcial pela distância existente em relação aos principais centros econômicos, fato que ocorre com outros países da América Latina. Porém, em grande medida é resultado das decisões de política econômica do passado e do presente sobre o comércio e o conteúdo local.

O aumento do número de Acordos Preferenciais de Comércio (APCs) tem modificado o cenário do comércio internacional, como mencionam Thorstensen e Ferraz (2014). O Brasil, no entanto, se mostra um país relativamente isolado no cenário das negociações preferenciais e, com isso, vem acompanhando a uma perda relativa de acesso a inúmeros mercados internacionais, como destacam os autores, em relação às preferências tarifárias, cotas agrícolas e redução de barreiras não tarifárias (BNTs) concedidas por parceiros comerciais a outros países, através da negociação de APCs.

O atual cenário exige uma rediscussão da política de comércio internacional brasileira. A multiplicação dos APCs demonstra que a maioria dos países adotou a estratégia de integração ao comércio mundial via tais acordos e não através de negociações multilaterais. A modificação do sistema produtivo através das cadeias globais de valor demanda um novo posicionamento brasileiro para que consiga maior inserção na economia global. As regras de comércio são a essência do novo modo de produção. O distanciamento do Brasil e a priorização de acordos do tipo Sul-Sul, sempre em conjunto com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), parece não se sustentar mais.

Em razão da necessidade de romper com o atual isolamento comercial brasileiro, e a necessidade do Mercosul dar um passo atrás na sua integração, tornando-se uma área de livre comércio, o estudo tem como objetivo simular os efeitos que a criação de APCs com importantes parceiros comerciais do Brasil teria sobre variáveis-chave para a economia, especialmente comércio internacional e bem-estar.

O modelo de equilíbrio geral computável (EGC), utilizando-se o *Global Trade Analysis Project* (GTAP), foi empregado nesse estudo com a finalidade de analisar os efeitos da integração brasileira com importantes parceiros comerciais. A versão 9 da base de dados do GTAP, adotada neste artigo, apresenta 57 setores produtivos em 140 regiões do mundo, correspondendo à economia mundial no ano de 2011. Na agregação regional, estão alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil: Estados Unidos da América (EUA), México, União Europeia (com seus 28 membros) (UE), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em relação à agregação setorial, foi criada conforme a intensidade tecnológica de cada setor.

Alguns estudos que utilizaram o modelo de EGC mensuraram os prováveis resultados de integrações e de acordos comerciais entre determinados países e blocos, como é o caso de Megiato et al. (2016), Azevedo (2008), Philippidis e Sanjuán (2007), Monteagudo e Watanuki (2003) e Gurgel et al. (2002). Foi possível constatar que, no caso brasileiro, haveria ganhos de bem-estar na maioria dos cenários criados (principalmente com a UE) e os setores mais beneficiados seriam os de produtos primários e de baixa intensidade tecnológica, nos quais o país é mais competitivo.

O presente estudo está dividido em seis seções. Inicialmente, apresenta-se a introdução do estudo e, em seguida, são analisados os avanços e os recuos do Mercosul. Na terceira seção

são apresentados os fluxos de comércio do Brasil. Na quarta e na quinta seções, respectivamente, é descrita a metodologia empregada e são analisados os resultados do estudo. Por fim, as considerações finais encontram-se na sexta seção.

Mercosul: Avanços e Recuos

A economia internacional sofreu diversas transformações após a segunda metade do século passado, conforme destacam Azevedo et al. (2006). Além da formação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), com a finalidade de reduzir as barreiras tarifárias e não-tarifárias de forma multilateral, ocorreram liberalizações unilaterais do comércio e a formação de blocos econômicos, criando-se um novo paradigma econômico internacional. A primeira “onda de regionalismo” ocorreu na segunda metade do século passado, com o início das tratativas para a formação da Comunidade Europeia. No entanto, a maioria dos acordos que teve início nesse período não teve efetividade, deixando para os anos 1980 a retomada desse processo, ficando conhecida como a “segunda onda de regionalismo”.

A América Latina não ficou alheia a esse processo de integração econômica. A partir da década de 1990, alguns acordos preferenciais de comércio foram criados ou relançados, como foram os casos do Mercosul e da Comunidade Andina (CAN). No entanto, apesar dos avanços na liberalização comercial que esses acordos acarretaram aos seus membros, eles ainda se encontram distantes na realização dos seus objetivos. Desde 1991 houve avanços significativos no processo de integração do bloco, tais como a remoção das tarifas e barreiras não tarifárias intrabloco e o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) para inúmeros produtos, como demonstram Azevedo et al. (2006). No entanto, a instabilidade macroeconômica causada por crises externas, como por exemplo, México em 1994, Sudeste Asiático em 1991 e Rússia em 1998 ou por problemas internos, como foram os casos da desvalorização cambial brasileira no ano de 1999 e a moratória Argentina em 2001, além dos interesses de grupos de pressão têm desviado o bloco para que consiga atingir seus objetivos nos prazos estipulados. O Mercosul, no entanto, permanece na situação contraditória de um bloco negociador muito ativo e requisitado que ainda não possui um conjunto de acordos comerciais importantes com parceiros extra-regionais.

Os fatos têm demonstrado que desde 1995, sempre que houve um conflito entre interesse nacional e as regras do bloco, os países membros do Mercosul optam por mudar as regras do bloco. Azevedo et al. (2006) relatam que a possibilidade de aplicar no comércio intrabloco tarifas de importação em produtos específicos, como, por exemplo, o açúcar, a existência de um comércio administrado em outros, como é o caso do setor automotivo, e a aplicação de medidas *antidumping* têm contribuído para que ocorra a restrição do comércio entre os países do bloco. Uma das aparentes debilidades, mas também uma das possíveis razões de sobrevivência do Mercosul, é o fato que se trata de um processo em permanente discussão, como menciona Araújo (2008).

O setor automotivo no Mercosul foi o centro da relação econômica e comercial entre os sócios desde o surgimento do bloco, como destaca BID (2015), tanto pelo seu importante papel na estrutura produtiva, especialmente para a Argentina e o Brasil, quanto pelo seu peso na inter-relação produtiva e comercial entre os mesmos. Apesar disso, o setor permanece excluído da política comum do Mercosul e, com isso, o tratamento e a administração do comércio desses bens continuam contidos em acordos comerciais bilaterais. O setor automotivo firmou bases de relacionamento com grande potencial, porém não livre de tensões na relação comercial, como destaca BID (2014). Em torno desse setor, giram interesses públicos e privados que exige atenção permanente dos governos devido às implicações em

termos de localização de investimentos, produção, geração de emprego qualificado, valor agregado e impactos na dinâmica das contas externas argentinas e brasileiras.

A criação da TEC foi o passo mais importante dado pelo Mercosul em direção a formação da união alfandegária. No entanto, passado mais de duas décadas da aprovação da Dec. Nº 22/94, os países-membros acordaram novamente continuar aplicando alíquotas diferentes a TEC em determinados produtos. BID (2016) destaca que, primeiramente, foi autorizada a continuidade das listas nacionais de exceções. A Argentina e o Brasil poderiam aplicar diferentes alíquotas para 100 produtos até o final de 2021, o Uruguai e a Venezuela poderiam fazer isso para 225 produtos até 2022, enquanto o Paraguai poderia aplicar alíquotas diferenciadas para 649 produtos até 2023. Medidas transitórias foram prorrogadas e ampliadas em várias oportunidades e, quase 25 anos depois da sua criação, no Mercosul ainda existem obstáculos e outras medidas de distorção do comércio entre os países membros, assim como divergências significativas na política comercial a respeito do restante do mundo.

A percepção do êxito do Mercosul depende basicamente de três aspectos: o aprofundamento do processo integrador, sua ampliação e suas relações com o resto do mundo, de acordo com Araújo (2008). No entanto, o terceiro aspecto é o menos óbvio dos três e necessita ser realçado. O Mercosul definiu-se como um projeto de integração e inserção internacional, sendo assim, a comprovação de sua eficiência depende em grande escala da capacidade de proporcionar aos seus membros uma inserção internacional superior aquela que teriam caso não existisse o processo, porém, isso é algo que até hoje o Mercosul não conseguiu atingir.

No lado brasileiro era de fundamental importância aprofundar o relacionamento Mercosul-UE, o qual tinha de forma indiscutível a propriedade de fazer o processo de integração sub-regional mais conhecido e também mais respeitado pelo resto do mundo e pela própria opinião pública interna. Com o passar do tempo, ficou claro que o Mercosul para avançar precisava estar ancorado de maneira firme nas realidades políticas e institucionais dos seus países, e não em um modelo exógeno.

De acordo com BID (2016), a negociação com a UE, que parecia estar muito perto de dar um passo expressivo em meados de 2014, a partir da consolidação de uma primeira oferta de bens do Mercosul, registrou certo desaquecimento no período de 2014/2015. Além disso, as declarações de autoridades e os compromissos assumidos pelas duas partes, no sentido de proceder a um intercâmbio dessas ofertas antes do final de 2015. Na relação com a Aliança do Pacífico (AP), o Mercosul avançou com uma proposta concreta de Plano de Ação conjunto, mas ainda não teve resposta da contraparte. Assim, a iniciativa e o impulso que a relação birregional registrou em meados-final de 2014 não se aprofundou ao longo de 2015.

A UE aguardava que o Mercosul melhorasse sua oferta de desoneração tarifária do comércio de bens, reduzisse os tempos da desoneração e que não retirasse dessa oferta grupos de produtos importantes para as empresas da UE (por exemplo, automóveis e maquinaria), como menciona BID (2015). Porém, além disso, a UE buscava maiores compromissos do Mercosul nas áreas de comércio de serviços e investimentos, nas condições de participação nas compras públicas e no reconhecimento de novas obrigações em matéria de direitos de propriedade intelectual.

As negociações existentes em andamento fornecem ao Mercosul visibilidade e o colocam como um parceiro desejável dos principais países e blocos do mundo, tanto no Norte como no Sul, como demonstra Araújo (2008). No entanto, faz-se necessário demonstrar objetivos mais concretos e positivos. Enquanto o Mercosul apresentar uma imagem de um bloco fechado, tímido e defensivo nos contatos internacionais, com baixa capacidade de negociação e conclusão de bons acordos, a projeção brasileira como inspiradora de uma integração sul-

americana estará prejudicada, fazendo com que o país assista uma perda relativa de acesso a diversos mercados internacionais, como mencionam Thorstensen e Ferraz (2014).

Em relação á evolução das negociações dos Mega-Acordos Comerciais *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), *Trans-Pacific Partnership* (TPP) e *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), em grande parte motivadas pela estagnação das negociações multilaterais, para o Mercosul, conforme elenca BID (2015), parece oferecer mais ameaças do que oportunidades. De um lado, as novas regras provavelmente impliquem em maiores barreiras de acessos a mercados e será mais difícil questionar medidas discriminatórias, por não fazer parte do âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Por outro lado, a concretização da produção mundial em torno de três eixos (América do Norte, Europa e Ásia-Pacífico) pode reduzir o atrativo do Mercosul como destino de investimentos e suas possibilidades de inserção nas cadeias globais de valor.

Fluxos de Comércio do Brasil

Nesta seção são descritos os principais destinos das exportações bem como a origem das importações brasileiras, tendo como base os principais blocos econômicos, destacando-se também o seu perfil de comércio de acordo com a intensidade tecnológica. Os blocos econômicos UE, *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) e BRICS são responsáveis por mais de 56% das exportações brasileiras, no somatório do período de 2000 a 2015, enquanto o Mercosul representou aproximadamente 10% do total.

A Figura 1 permite verificar a evolução das exportações brasileiras para estes principais mercados. A UE atingiu seu pico de participação nas exportações brasileiras, em 2000, quando chegou a 27,89%. A partir de então, houve uma queda significativa, atingindo, em 2009, 22,35%, e no ano de 2015 apenas 17,76% das exportações brasileiras. O NAFTA, no ano de 2002, atinge sua maior participação nas exportações brasileiras, com 30,92%, e nos anos seguintes houve sucessivas quedas, voltando a ter uma pequena recuperação nos anos de 2014 e 2015, com 14,72% e 15,78%, respectivamente, no entanto bem abaixo do pico observado em 2002. Ao contrário dos demais blocos, o BRICS mostrou uma nítida tendência de crescimento de sua participação nas exportações brasileiras, passando de 3,68% para 22,52%, entre 2000 e 2015, tornando-se já a partir de 2011 o principal destino das exportações brasileiras. Já as exportações para o Mercosul mostraram uma maior oscilação sem uma tendência definida. Atingiu seu pico no ano de 2000 com 14,04%, havendo redução nos anos seguintes, em 2010 apresentou uma leve recuperação (11,19%), no entanto em 2015, representou 9,42% das exportações brasileiras.

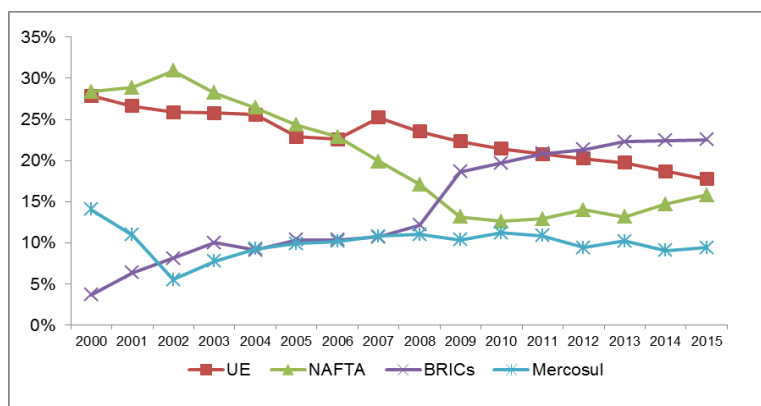


Figura 1 – Destino das exportações brasileiras em % no período de 2000 a 2015
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2016).

No que se refere à intensidade tecnológica das exportações brasileiras, visualizadas na Figura 2, pode-se observar que houve mudanças significativas, ao longo do período examinado. Produtos primários e com menor intensidade tecnológica ganharam espaço na pauta exportadora brasileira, enquanto produtos de maior conteúdo tecnológico perderam participação.

A pauta exportadora brasileira é basicamente composta por produtos primários. Observa-se o crescente e significativo aumento desse segmento de produtos. No ano de 2000, possuía uma participação de 16,60%, em 2011 atingiu seu pico com 40,75% e em 2015 passou a representar 35,70%. Em seguida, vem à exportação de produtos de baixa tecnologia, com elevada importância na pauta exportadora. Em 2000, possuía uma representatividade de 31,04%, atingindo seu pico em 2003 (33,49%) e em 2015 representava 27,93% das exportações brasileiras.

Os produtos de média-alta tecnologia veem em seguida, representando em 2000, 23,72% em 2005 atinge seu pico com 25,08%, e a partir de então reduz a sua participação na pauta exportadora, representando, em 2015, 17,33%. Logo após, compõe a pauta os produtos de média-baixa tecnologia, com uma representatividade de 16,75%, em 2000, atingindo seu pico em 2006, com 18,56% e posterior a isso teve queda na participação, passando a representar 14,20% em 2015. O grupo de produtos com menor representatividade na pauta exportadora brasileira são os de alta tecnologia. Com uma participação maior nos anos 2000, 2001, 2002 (11,89%, 11,50% e 9,35%, respectivamente), passou a sofrer significativa redução nos anos seguintes, onde em 2015 representou apenas 4,84% das exportações brasileiras.

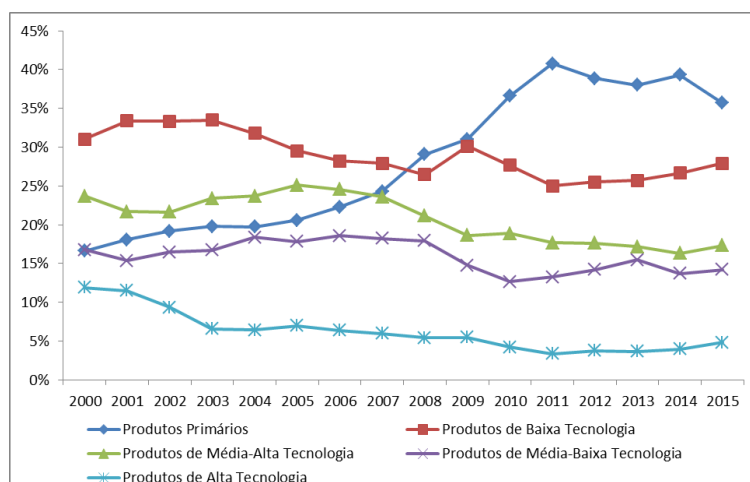


Figura 2 – Exportações brasileiras por intensidade tecnológica (%) de 2000 a 2015

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2016).

Em relação às importações brasileiras, destaca-se que os blocos econômicos UE, NAFTA e BRICS são responsáveis por mais de 58% no somatório do período de 2000 a 2015 das importações brasileiras. Enquanto para esse mesmo período, o Mercosul representou aproximadamente 9% das importações. A Figura 3 permite verificar a evolução das importações brasileiras destes principais mercados.

A UE tem um papel importante na origem das importações brasileiras. No início dos anos 2000, teve grande representatividade na pauta importadora, sendo que em 2001, 2002 e 2003 foi responsável por 27,79%, 28,57% e 27,04%, respectivamente. Os anos seguintes, também teve uma forte presença, no entanto, a um nível menor que nos anos anteriores, onde em 2015,

foi responsável por 21,37% das importações brasileiras. Em seguida vem o NAFTA, onde no início dos anos 2000, tinha uma parcela maior das importações brasileiras, com 26,64% em 2000 e 26,39% em 2001, sendo que nos anos seguintes, reduziu um pouco a participação, e no ano de 2015 representou 19,57% da pauta importadora brasileira. Ao contrário dos demais blocos, o BRICS mostrou uma nítida tendência de crescimento de sua participação nas importações brasileiras, passando de 4,10% para 22,09%, entre 2000 e 2015, tendo desde 2014 a maior participação na pauta importadora brasileira. Já as importações do Mercosul mostraram uma maior oscilação sem uma tendência definida. Com um período de maior representatividade no início dos anos 2000, porém com redução nos anos seguintes e, no ano de 2015, as importações provenientes do Mercosul representaram apenas 7,22%.

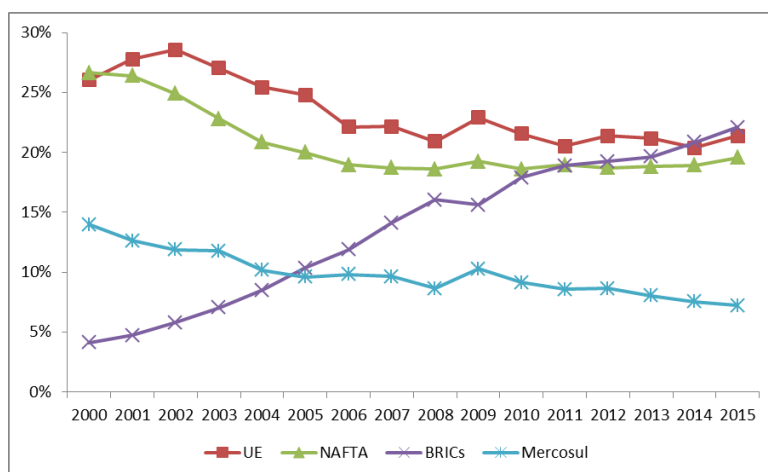


Figura 3 – Origem das importações brasileiras em % no período de 2000 a 2015
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2016).

No que se refere à intensidade tecnológica das importações brasileiras, visualizadas na Figura 4, pode-se observar que a pauta importadora brasileira é basicamente composta por produtos de maior conteúdo tecnológico, enquanto os produtos de menor intensidade tecnológica perderam espaço, como é o caso dos produtos primários.

A pauta importadora brasileira é basicamente composta por produtos de média-alta tecnologia. No ano de 2000, esse segmento possuía uma participação de 39,35%, em 2002 atingiu seu pico, com 42,98% e, em 2015, passou a representar 42,65%. Em seguida, vem a importação de produtos de alta tecnologia, em 2000, com uma representatividade de 23,62%, e em 2015 representava 17,98% das importações brasileiras. Os produtos de média-baixa tecnologia veem em seguida, representando, em 2000, 16,12%, em 2011 atinge seu pico com 19,78%, representando, em 2015, 17,19%. Logo após, compõe a pauta os produtos primários, com uma representatividade de 12,24%, em 2000, atingindo seu pico em 2006, com 17,75% e posterior a isso teve queda na participação, passando a representar 12,12%, em 2015. O grupo de produtos com menor representatividade na pauta importadora brasileira são os de baixa tecnologia. Com uma participação, em 2000, de 8,67%, sofreu oscilações nos anos seguintes e, em 2015, representou 10,06% das importações brasileiras.

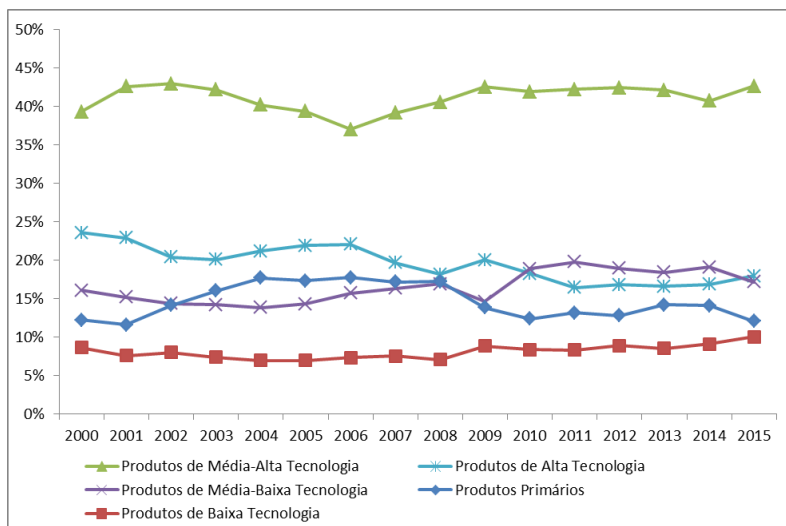


Figura 4 – Importações Brasileiras por intensidade tecnológica (%) de 2000 a 2015
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2016).

Métodos

A base de dados utilizada neste estudo será versão 9 do GTAP, na qual apresenta matrizes insumo produtos de 140 países/regiões e com 57 atividades econômicas, correspondendo à economia mundial no ano de 2011. Essa base de dados possui ampla utilização em diferentes instituições que possuem dedicação ao estudo dos impactos de negociações multilaterais de comércio internacional, como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As regiões e as atividades econômicas foram agrupadas em sete regiões e seis setores com o intuito de mensurar os impactos sobre comércio e bem-estar na realização de acordos preferenciais de comércio para o Brasil. Na agregação regional, estão os principais parceiros comerciais do Brasil: EUA, México, UE28, UNASUL e BRICS, conforme mostra o Quadro 1.

Em relação à agregação setorial, ela foi criada objetivando identificar os efeitos da realização de acordos comerciais do Brasil com diferentes países/regiões sobre os setores segundo sua intensidade tecnológica. Para isso, os setores foram organizados de acordo com a classificação da OCDE. Conforme Furtado e Carvalho (2005), mais recentemente a classificação da OCDE tem se restringido aos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para classificar os setores, baseada no indicador da intensidade de P&D (gasto em P&D / valor adicionado ou gasto em P&D / produção), dividindo os setores em quatro grupos principais de intensidade tecnológica: alta intensidade tecnológica, média-alta intensidade tecnológica, média-baixa intensidade tecnológica, baixa intensidade tecnológica.

Quadro 1 – Agregação regional e setorial

Agregação Regional
<p>*Brasil</p> <p>*Estados Unidos</p> <p>*México</p> <p>*União Europeia (UE28): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia.</p> <p>*Unasul: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Resto da América do Sul.</p> <p>*Brics: Rússia, Índia, China e África do Sul.</p> <p>*Resto do mundo: Austrália, Nova Zelândia, Resto da Oceania, Hong Kong, Japão, Coreia, Mongólia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, República Democrática Popular Lau, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Resto do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Resto do Sul da Ásia, Canadá, Resto do Norte da América, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, El Salvador, Resto da América Central, República Dominicana, Jamaica, Porto Rico, Trinidad e Tobago, Caribe, Suíça, Noruega, Resto da</p> <p>Associação Europeia de Livre Comércio, Albânia, Resto da antiga União Soviética, Ucrânia, Resto da Europa Ocidental, Resto da Europa, Cazaquistão, Quirgístão, Resto da Antiga União Soviética, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Bahrein, República Islâmica do Irã, Israel, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Resto da Ásia Ocidental, Egito, Marrocos, Tunísia, Resto da África do Norte, Benim, Burquina Faso, Canarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Nigéria, Senegal, Togo, Resto da África Ocidental, África Central, África do Sul Central, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Resto do Leste da África, Botswana, Namíbia, Resto da Aduana Sul-Africana, Resto do Mundo.</p>
Agregação Setorial
<p>*Primários: arroz, trigo, cereais, legumes, frutas, nozes, sementes oleaginosas, cana-de-açúcar, açúcar de beterraba, fibras vegetais, animais vivos, produtos de origem animal, leite, lã, casulo da seda, silvicultura, pesca, carvão, petróleo, gás, minerais, carne: bovinos, ovinos, caprinos, equinos, produtos de carne, vegetais, óleos e gorduras.</p> <p>*Baixa Tecnologia: produtos lácteos, arroz processado, açúcar, produtos alimentícios, bebidas e produtos do tabaco, têxteis, vestuário, produtos de couro, produtos de madeira, produtos de papel, publicação.</p> <p>*Média-Baixa Tecnologia: petróleo, carvão produtos, produtos minerais, metais ferrosos, metais, produtos metálicos.</p> <p>*Média-Alta Tecnologia: produtos químicos, borracha, plástico, automóveis e peças.</p> <p>*Alta Tecnologia: equipamentos de transporte, equipamentos eletrônicos, máquinas e equipamentos, manufaturas.</p> <p>*Serviços: eletricidade, fabricação e distribuição de gás, água, construção, comércio, transportes, transporte marítimo, transporte aéreo, comunicação, serviços financeiros, seguros, negócios, serviços, recreação e outros serviços, administração pública, defesa, saúde, educação, habitações.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP 9 (Base de dados).

Com o objetivo de mensurar o impacto da realização de acordos preferenciais de comércio do Brasil com importantes parceiros comerciais, os cenários criados estão disponíveis no Quadro 2. Além da redução tarifária, esse estudo também se propõe a examinar a redução e eliminação das barreiras não-tarifárias (BNTs) nos cenários C e D, ao lado da redução plena e parcial das tarifas de importação. Conforme destacam Fugazza e Maur (2008), as sucessivas rodadas de liberalização multilateral promovidas pela OMC levaram a uma queda significativa das tarifas de importação, especialmente em países desenvolvidos. Com a redução das tarifas, a importância das BNTs teria aumentado, potencialmente eliminando os ganhos obtidos com a liberalização tarifária.¹

Os valores utilizados para simular a redução e eliminação das BNTs foram obtidos no estudo de Kee et al. (2009), onde representam o equivalente médio das tarifas *ad valorem* das BNTs. Para o Brasil foi utilizado no setor primário o valor de 0,002 e nos demais setores 20,6. Para os EUA foi utilizado no setor primário o valor de 0,002 e nos demais setores 10,8. Para o México foi utilizado no setor primário o valor de 0,00 e nos demais setores 21,9. Para a UE28 foi utilizado no setor primário o valor de 0,008 e nos demais setores 15,4. Para a UNASUL foi utilizado no setor primário o valor de 0,001 e nos demais setores 13,81. Para o BRICS foi utilizado no setor primário o valor de 0,00 e nos demais setores 7,6. Esses valores foram utilizados para a eliminação total das BNTs (cenário D), para o cenário C, utiliza-se 50% desse valor.

¹ Viegas (2003) destaca que BNTs são definidas como qualquer restrição, despesa ou política que não seja uma tarifa, que limite o acesso de produtos importados, como quotas, sistemas de licenciamento, regulamentos sanitários e proibições.

Quadro 2 – Cenários

Cenários	
A1	Brasil x EUA
A2	Brasil x México
A3	Brasil x U E_28
A4	Brasil x Unasul
A5	Brasil x Brics
Cenário A: Liberalização parcial (50%) dos produtos agrícolas, produtos manufaturados e serviços.	
B1	Brasil x EUA
B2	Brasil x México
B3	Brasil x U E_28
B4	Brasil x Unasul
B5	Brasil x Brics
Cenário B: Liberalização plena (100%) dos produtos agrícolas, produtos manufaturados e serviços.	
C1	Brasil x EUA
C2	Brasil x México
C3	Brasil x U E_28
C4	Brasil x Unasul
C5	Brasil x Brics
Cenário C: Liberalização plena (100%) dos produtos agrícolas, produtos manufaturados e serviços + redução de barreiras não-tarifárias (50%).	
D1	Brasil x EUA
D2	Brasil x México
D3	Brasil x U E_28
D4	Brasil x Unasul
D5	Brasil x Brics
Cenário D: Liberalização plena (100%) dos produtos agrícolas, produtos manufaturados e serviços + eliminação de barreiras não-tarifárias.	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à redução das BNTs, conforme Rau e Verma (2015), geralmente elas são consideradas como tendo um impacto sobre os custos reais de comércio. Devido às BNTs, uma fração do valor de exportação “derrete” (custo *iceberg*) no caminho do país exportador para o importador, provocando perda de eficiência para o país exportador. Reduzir os custos *iceberg* implica na redução dos custos de comércio real, com isso, um aumento na eficiência da exportação. Do ponto de vista do país importador que reduz as BNTs, isso se traduz em uma diminuição no preço dos produtos de importação e, portanto, em um aumento das importações. Em essência, conforme as autoras, a abordagem do custo *iceberg* descreve a redução das BNTs em termos de uma mudança tecnológica positiva para a produção de produtos destinados a exportação para o país importador que removeu a sua BNT para o respectivo produto. No GTAP, isso é modelado por um choque na variável “ams”, que determina os preços reduzidos das exportações (importações) e o aumento da quantidade negociada.

Ao modelar as BNTs, conforme destacam Rau e Verma (2015), deve-se notar que a remoção total das BNTs é irrealista, uma vez que as BNTs são normalmente introduzidas por um motivo, principalmente quando se trata de medidas sanitárias e fitossanitárias e medidas técnica ao comércio. As BNTs dificilmente podem ser negociadas, e os países tem a obrigação de aplicá-las, em alguns casos, por razões de saúde humana, animal e vegetal. Com isso, as BNTs têm sido utilizadas com uma intenção protecionista. Em razão disso, criou-se um cenário intermediário, em que as BNTs são reduzidas apenas em 50%.

Resultados e Discussões

Esta seção apresenta os resultados das simulações sobre comércio internacional e bem-estar dos países e regiões envolvidas neste estudo, com ênfase no Brasil. A Tabela 1 mostra a redução tarifária intrabloco média para cada um dos cenários. De modo geral, pode-se observar que as maiores reduções ocorreriam no setor de produtos de baixa intensidade tecnológica, refletindo o maior grau de protecionismo nesse segmento no período inicial.

Tabela 1 – Variação das tarifas de importação

Liberalização Parcial (50%) em todos os setores										
Setores	Cenário A1		Cenário A2		Cenário A3		Cenário A4		Cenário A5	
	EUA	Brasil	México	Brasil	UE_28	Brasil	Unasul	Brasil	Brics	Brasil
Primários	-0,34	-1,10	-5,84	-1,10	-1,78	-3,27	-1,09	-0,02	-1,02	-2,11
Baixa IT	-1,50	-6,96	-4,36	-5,06	-6,54	-6,87	-1,63	-0,02	-7,87	-9,92
Média-Baixa IT	-0,35	-1,15	-1,52	-1,86	-0,34	-4,33	-0,10	0,00	-1,29	-2,42
Média-Alta IT	-0,55	-4,07	-3,49	-0,81	-0,60	-5,28	-0,27	-0,09	-4,04	-4,25
Alta IT	-0,05	-3,93	-1,83	-2,33	-0,02	-4,96	-0,20	-0,03	-2,22	-5,42
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Liberalização Plena (100%) em todos os setores										
Setores	Cenário B1		Cenário B2		Cenário B3		Cenário B4		Cenário B5	
	EUA	Brasil	México	Brasil	UE_28	Brasil	Unasul	Brasil	Brics	Brasil
Primários	-0,68	-2,20	-11,69	-2,20	-3,56	-6,54	-2,19	-0,03	-2,03	-4,21
Baixa IT	-3,00	-13,92	-8,71	-10,11	-13,09	-13,74	-3,27	-0,05	-15,73	-19,84
Média-Baixa IT	-0,70	-2,30	-3,04	-3,71	-0,68	-8,67	-0,19	0,00	-2,57	-4,83
Média-Alta IT	-1,10	-8,15	-6,97	-1,62	-1,20	-10,55	-0,54	-0,17	-8,09	-8,50
Alta IT	-0,11	-7,85	-3,66	-4,66	-0,04	-9,91	-0,39	-0,06	-4,44	-10,84
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Em observância à liberalização parcial (50%) no primeiro cenário, a maior redução ocorreria no setor de baixa intensidade tecnológica, sendo -1,50% nos EUA e -6,96% no Brasil. No segundo cenário, o setor de primários representaria a maior redução, chegando a 5,84%, no caso mexicano, e o setor de baixa intensidade tecnológica -5,06%, no caso brasileiro. No terceiro cenário, novamente o setor de baixa intensidade tecnológica representaria a maior redução tarifária, sendo -6,54% para a UE28 e -6,87% para o Brasil. No quarto cenário ocorreria por parte da UNASUL uma queda tarifária maior no setor de baixa intensidade tecnológica (-1,63%) e no caso do Brasil uma redução maior no setor de média-alta intensidade tecnológica (-0,09%). Em observância ao quinto cenário se verificaria a maior redução tarifária, novamente no setor de baixa intensidade tecnológica, representando -7,87% para os BRICS, e -9,92% para o Brasil. O mesmo ocorre na segunda parte da Tabela, onde ocorre a liberalização plena (100%) em todos os setores.

A direção e a magnitude dos efeitos de uma mudança na política comercial não dependem apenas do tamanho do choque, é necessário também analisar as elasticidades de cada setor, onde refletem o tamanho do impacto que uma mudança de preço tem na demanda. A Tabela 2 mostra os valores da elasticidade de substituição entre os fatores primários (ESUBVA), entre os bens domésticos e importados da estrutura de agregação de Armington (ESUBD) e entre as importações de diferentes fontes (ESUBM).

Tabela 2 – Elasticidade de substituição

Setores	ESUBVA	ESBD	ESBM
Primários	0,28	3,85	9,95
Baixa IT	1,20	2,81	6,14
Média-Baixa IT	1,26	2,90	6,04
Média-Alta IT	1,26	3,12	6,23
Alta IT	1,26	4,13	8,31
Serviços	1,36	1,94	3,85

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Sendo assim, pode-se deduzir que os setores que possuem maiores reduções tarifárias e elasticidades mais altas irão sofrer os impactos mais significativos. Analisando a Tabela 2,

verifica-se que os setores primário e de maior conteúdo tecnológico poderiam sofrer os maiores efeitos da integração.

Os impactos da formação de acordos de livre comércio geralmente se concentram naqueles setores mais protegidos antes da criação do bloco. Nas simulações realizadas neste artigo, isso também se observou, conforme pode ser notado na Tabela 3, que mostra a variação das exportações quando se simula a liberalização parcial (50%) em todos os setores.

Tabela 3 – Variação no volume das exportações (%) no cenário A

Liberalização Parcial (50%) em todos os setores							
Cenários	Exp/Imp	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços
A1	Brasil x EUA	3,43	10,05	2,42	4,38	1,44	0,14
	EUA x Brasil	10,54	50,17	5,69	25,27	32,41	-0,33
A2	Brasil x México	80,68	30,88	9,38	23,92	16,05	-0,18
	México x Brasil	11,75	37,41	11,89	5,16	21,47	-0,01
A3	Brasil x UE_28	14,95	48,7	0,75	3,79	-0,67	-1,4
	UE_28 x Brasil	38,92	48,09	27,49	30,87	40,2	0,63
A4	Brasil x Unasul	9,41	9,17	0,1	1,07	0,92	-0,4
	Unasul x Brasil	0,46	0,54	0,3	0,8	0,67	0,25
A5	Brasil x Brics	23,74	63,54	13,12	27,9	44,63	0,52
	Brics x Brasil	6,67	60,86	6,5	27,92	19,04	-1,52

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

No primeiro cenário haveria, no caso brasileiro, um aumento maior nas exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica (10,05%), seguido dos produtos de média-alta intensidade tecnológica (4,38%) para os EUA. Quando analisadas as exportações dos EUA para o Brasil, ocorreria um expressivo aumento nos produtos de baixa intensidade tecnológica, com 50,17%, seguido dos produtos de alta intensidade tecnológica, com 32,41%. No segundo cenário, que mostra o comércio brasileiro e mexicano, se verificaria, do lado brasileiro, um expressivo aumento nas exportações de produtos primários, representando um aumento de 80,68%, seguido dos produtos de baixa intensidade tecnológica, com 30,88%. Do lado mexicano, o aumento mais expressivo seria na exportação de produtos de baixa intensidade tecnológica (37,41%), seguido do setor de alta intensidade tecnológica (21,47%). Percebe-se que com ambos os parceiros do NAFTA, o aumento do comércio bilateral brasileiro se concentraria em produtos de baixo conteúdo tecnológico.

O terceiro cenário apresenta o comércio do Brasil com a UE, se visualizaria o aumento das exportações brasileiras de produtos de baixa intensidade tecnológica e produtos primários com 48,7% e 14,95%, respectivamente. Já a UE demonstraria um aumento das exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica (48,09%), seguido do setor de produtos de alta intensidade tecnológica (40,2%).

O quarto cenário demonstra o comércio do Brasil com os países da UNASUL, cenário no qual não apresentaria aumentos expressivos nas exportações. O impacto das exportações brasileiras seria nos produtos primários (9,41%) e produtos de baixa intensidade tecnológica (9,17%). No caso da UNASUL, os pequenos aumentos nas exportações se dariam nos produtos de média-alta intensidade tecnológica (0,8%) e produtos de alta intensidade tecnológica (0,67%).

O quinto cenário mostra a relação de comércio entre o Brasil e os países do BRICS. No caso brasileiro, o aumento mais expressivo ocorreria na exportação de produtos de baixa intensidade tecnológica, com 63,54%, seguido dos produtos de alta intensidade tecnológica, com 44,63%. No caso do BRICS, o aumento mais expressivo das exportações também ocorreria nos produtos de baixa intensidade tecnológica (60,86%), seguido dos produtos de média-alta intensidade tecnológica (27,92%).

A Tabela 4 permite verificar a variação das exportações quando se simula a liberalização plena (100%) em todos os setores. Pode-se verificar um comportamento similar dos resultados em relação à tabela anterior, destacando que os produtos de baixa intensidade tecnológica seriam os mais beneficiados, devido à maior redução do protecionismo. O cenário B5 é o que possuiria o maior aumento no volume das exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica, representando para o Brasil um aumento de 168,75% e para os BRICS de 167,01%. Logo após vem o cenário B3, onde representaria para o Brasil um aumento de 127,23% e para a UE28 de 122,11% nas exportações desse segmento. O cenário B4 é o que possuiria a menor representatividade na variação das exportações.

Tabela 4 – Variação no volume das exportações (%) no cenário B

Liberalização Plena (100%) em todos os setores							
Cenários	Exp/Imp	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços
B1	Brasil x EUA	7,24	21,79	5,22	9,5	3,6	0,56
	EUA x Brasil	22,08	129,12	11,51	57,21	74,73	-0,82
B2	Brasil x México	237,46	73,24	19,7	54,52	34,88	-0,42
	México x Brasil	25,14	92,16	25,49	10,69	48,26	0,01
B3	Brasil x UE_28	31,7	127,23	1,42	8,06	-1,12	-2,98
	UE_28 x Brasil	94,68	122,11	63,29	71,11	94,93	1,31
B4	Brasil x Unasul	19,66	19,25	0,16	2,13	1,8	-0,83
	Unasul x Brasil	0,94	1,12	0,63	1,63	1,39	0,53
B5	Brasil x Brics	13,45	168,75	13,4	65,51	42,71	-3,18
	Brics x Brasil	53,7	167,01	27,88	64,33	106,86	1,01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

A Tabela 5 permite observar variação das exportações quando se simula a liberalização parcial (50%) em todos os setores mais redução das BNTs (50%), enquanto a Tabela 6 permite verificar a variação das exportações quando se simula a liberalização plena (100%) em todos os setores mais a eliminação das BNTs. Verifica-se um aumento expressivo das exportações em todos os cenários e em todos os setores. Destaca-se, no entanto, uma diversidade do perfil tecnológico das exportações brasileiras, que é beneficiado conforme o acordo. No cenário D, o crescimento das exportações brasileiras seria maior no setor de alta intensidade tecnológica nos acordos com EUA, México e UNASUL, ao passo que com a UE e o BRICS o maior incremento ocorreria no setor de baixa intensidade tecnológica. Já no cenário C, o setor de baixa intensidade tecnológica seria o mais beneficiado em todos os acordos, à exceção daquele com o México, onde o maior crescimento das exportações brasileiras ocorreria em produtos primários.

Tabela 5 – Variação no volume das exportações (%) no cenário C

Liberalização Plena (100%) em todos os setores + Redução (50%) BNTs							
Cenários	Exp/Imp	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços
C1	Brasil x EUA	4,7	55,4	34,52	43,92	50,75	13,66
	EUA x Brasil	21,25	248,34	62,33	134,51	192,8	28,75
C2	Brasil x México	233,59	190	98,81	158,93	179,73	32,99
	México x Brasil	24,83	214,88	103,11	80,15	197,96	31,56
C3	Brasil x UE_28	26,05	215,46	41,94	57,8	64,47	13,84
	UE_28 x Brasil	94,96	230,27	145,65	137,64	203,47	23,47
C4	Brasil x Unasul	16,61	57,46	31,76	33,83	51,65	16,46
	Unasul x Brasil	0,82	53,64	51,37	57,58	101,49	30,87
C5	Brasil x Brics	12,02	218,67	36,37	102,24	90,25	5,26
	Brics x Brasil	51,45	247,24	81,04	147,77	211,62	33,15

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Tabela 6 – Variação no volume das exportações (%) no cenário D

Liberalização Plena (100%) em todos os setores + Eliminação BNTs								
Cenários	Exp/Imp	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	
D1	Brasil x EUA	1,39	93,99	68,71	86,25	114,55	26,4	
	EUA x Brasil	20,3	396,08	120,21	224,92	332,59	63,03	
D2	Brasil x México	227,66	357,21	211,74	306,58	430,21	72,04	
	México x Brasil	24,37	390,82	212,72	176,97	455,35	68,32	
D3	Brasil x UE_28	18,66	318,56	90,89	122,11	159,29	29,36	
	UE_28 x Brasil	95,85	361,69	246,29	207,61	320,93	47,89	
D4	Brasil x Unasul	13,02	101,62	68,16	69,82	114,92	34,54	
	Unasul x Brasil	0,47	117,97	112,58	127,25	269,65	65,13	
D5	Brasil x Brics	10,03	272,51	62,35	145,32	151,01	13,08	
	Brics x Brasil	48,98	328,79	138,6	247,56	317,59	71,63	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Isso mostra como a escolha do parceiro para a formação de um bloco e a magnitude da redução das BNTs pode afetar de forma diferenciada o setor produtivo brasileiro. Com a redução plena de tarifas e BNTs, as exportações brasileiras de setores de maior conteúdo tecnológico seriam as mais beneficiadas, enquanto a liberalização parcial das BNTs, além de reduzir a magnitude de crescimento das exportações em todos os acordos, iria estimular mais intensivamente setores de menor conteúdo tecnológico em vários acordos. Bellonia e Silva (2007) destacam que muitos países, visando a proteção de seus mercados, vem utilizando medidas BNTs, que acabam afetando a circulação de mercadorias e limitando o desempenho do setor exportador brasileiro. As Tabelas 5 e 6, onde são feitas as simulações com a redução parcial e a eliminação das BNTs, mostram esse significativo impacto nas exportações brasileiras quando reduzida as BNTs, superando os efeitos da redução tarifária.

Em observância aos ganhos de bem-estar, destaca-se que os países/regiões que participam do processo de liberalização comercial são beneficiados, em modelos de competição perfeita, devido principalmente, à melhor alocação dos recursos e/ou melhoria nos termos de troca. Nos cenários apresentados na Tabela 7, pode-se verificar que os resultados demonstram exatamente isso, sendo assim, o Brasil se beneficiaria em todos os cenários.

O acordo Brasil-Estados Unidos (A1) geraria um aumento de bem-estar apenas para os dois envolvidos nesse processo. O ganho agregado de bem-estar no caso do Brasil seria de U\$\$ 145 milhões, devido especialmente à melhoria dos efeitos alocativos (U\$\$ 243 milhões), onde estão relacionados diretamente à magnitude da queda do grau de protecionismo, no entanto, haveria piora nos termos de troca. Já para os EUA, o ganho em termos de bem-estar seria mais significativo, totalizando U\$\$ 2,025 bilhões, devido especialmente à melhoria nos termos de troca (U\$\$ 1,351 bilhões).

Em relação ao acordo Brasil-México (A2), se verificaria um ganho de bem estar para o Brasil de U\$\$ 190 milhões, com melhoria nos efeitos alocativos (U\$\$ 77,7 milhões) e nos termos de troca (U\$\$ 115 milhões). No caso do México, também ocorreria ganhos de bem-estar de U\$\$ 89,2 milhões, com melhoria nos efeitos alocativos (U\$\$ 47,2 milhões) e nos termos de troca (U\$\$ 46,1 milhões). Os demais países envolvidos no estudo teriam perda de bem-estar.

No acordo Brasil-UE28 (A3), se observaria um significativo ganho de bem-estar para os dois envolvidos. No caso brasileiro, ocorreria um aumento de bem-estar de U\$\$ 2,132 bilhões, devido principalmente à melhoria nos efeitos alocativos e nos termos de troca, com ganhos de U\$\$ 1,281 bilhões e U\$\$ 855 milhões, respectivamente. No caso da UE28, o ganho de bem-estar seria ainda maior, totalizando U\$\$ 3,039 bilhões, com uma melhoria nos termos de troca de U\$\$ 1,637 bilhões.

Tabela 7 – Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de US\$) no Cenário A

Cenários	Bem-Estar	Países/Regiões						
		Brasil	EUA	México	UE_28	Unasul	Brics	Resto do Mundo
A1	Efeitos Alocativos	243	165	3,31	-57,7	-54,1	-74,3	-108
	Termos de Troca	-96,1	1351	-74,1	-350	-103	-221	-507
	Efeito I-S	-1,93	509	-13,1	-82,5	7,24	-223	-197
	Total	145	2025	-83,9	-490	-150	-518	-812
A2	Efeitos Alocativos	77,7	-8,94	47,2	-17,8	2,25	0,17	-10,3
	Termos de Troca	115	-103	46,1	-29,3	-9,91	-26,3	6,91
	Efeito I-S	-2,42	-29,1	-4,06	1,96	0,26	16,9	16,4
	Total	190	-141	89,2	-45,1	-7,4	-9,25	13,1
A3	Efeitos Alocativos	1281	-63,4	-2,67	1345	-78,5	-514	-261
	Termos de Troca	855	-394	-59,8	1637	-254	-821	-965
	Efeito I-S	-3,98	-265	9,29	56,8	42,3	77,8	82,6
	Total	2132	-722	-53,2	3039	-290	-1258	-1143
A4	Efeitos Alocativos	89	-3,03	-1,06	-20,6	-39,8	-7,77	-24,1
	Termos de Troca	218	-15,4	-4,67	-26,2	-121	-39,8	-11
	Efeito I-S	-5,05	-11,5	0,53	-1,50	11,1	3,35	3,06
	Total	302	-30	-5,19	-48,3	-150	-44,2	-32
A5	Efeitos Alocativos	1619	-116	-10	-226	-60	1050	-303
	Termos de Troca	932	-690	-19	-750	-230	1568	-813
	Efeito I-S	1,27	-229	12	20	42	-58	211
	Total	2552	-1034	-16	-956	-249	2561	-905

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP. Nota: Cenários com liberalização parcial (50%) em todos os setores.

O acordo Brasil-UNASUL (A4) demonstraria apenas ganhos de bem-estar para o Brasil, sendo de US\$ 302 milhões, devido principalmente à melhoria nos termos de troca (US\$ 218 milhões). No caso da UNASUL, ocorre uma perda de bem-estar de US\$ 150 milhões. Em observância ao acordo Brasil-BRICS (A5), se verificaria um significativo ganho de bem-estar para os envolvidos. Para o Brasil, um ganho de bem-estar de US\$ 2,552 bilhões, com melhoria principalmente nos efeitos alocativos (US\$ 1,619 bilhões). Para o BRICS, o ganho de bem-estar seria de US\$ 2,561 bilhões, devido principalmente à melhoria nos termos de troca (US\$ 1,568 bilhões).

Verificando os mesmos acordos, no entanto, considerando uma liberalização plena (100%) em todos os setores, os resultados são semelhantes aos da Tabela 7, no entanto, com uma maior variação nos ganhos de bem-estar devido à maior liberalização. O cenário com maior ganho de bem-estar para o Brasil seria o B5, com US\$ 4,230 bilhões, devido principalmente à melhoria nos efeitos alocativos (US\$ 2,287 bilhões), seguido do cenário B3, com um ganho para o Brasil de US\$ 3,480 bilhões. O cenário B1 apresentaria uma perda de bem-estar para o Brasil de US\$ 343 milhões, devido principalmente, à piora nos termos de troca. No entanto, para os EUA, se verificaria um significativo ganho de bem-estar de US\$ 4,702 bilhões, devido principalmente à melhoria nos termos de troca (US\$ 3,144 bilhões).

Na Tabela 8 verificam-se os mesmos acordos, no entanto, considerando uma liberalização tarifária plena (100%) em todos os setores mais a redução das BNTs (50%) e na Tabela 9 observa-se uma liberalização plena (100%) em todos os setores mais a eliminação das BNTs. As BNTs podem causar efeitos sobre preço, quantidade, comércio, produção, consumo, renda, emprego e bem-estar, conforme destaca Laird (1996). Esses efeitos podem ser diretos ou indiretos e afetam os países que as impõem e aos demais países. As barreiras não-tarifárias muitas vezes são aplicadas sobre produtos que já estão sujeitos a barreiras tarifárias e, nesse caso, têm o efeito de aumentar a proteção a esses produtos. São de difícil quantificação,

possuem custos para produtores, consumidores e exportadores, são pouco transparentes e discriminatórias. Thorstensen (1999) menciona que as BNTs (por exemplo, as medidas sanitárias e fitossanitárias) estabelecem padrões de exigência na determinação de regras sobre produção, processamento e consumo de produtos. Podem converter-se em proibições para países exportadores dos produtos sujeitos a essas medidas, muitas vezes objetivando proteger o setor produtivo doméstico. Essas medidas acabam tornando-se barreiras, uma vez que impedem o acesso de determinados produtos aos mercados que as impõem.

Tabela 8 – Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de US\$) no cenário C

Cenários	Bem-Estar	Países/Regiões					
		Brasil	EUA	México	UE_28	Unasul	Brics
C1	Efeitos Alocativos	1048	1010	24,9	-518	-285	-536
	Termos de Troca	515	8022	-491	-2564	-691	-1701
	Efeito I-S	-67,8	2986	-72	-513	36,6	-1272
	Total	1495,2	12018	-538	-3595	-940	-3509
C2	Efeitos Alocativos	514	-74,4	169	-150	2,29	1,16
	Termos de Troca	827	-979	682	-271	-94	-221
	Efeito I-S	-13,8	-228	-54,4	12,1	8,12	139
	Total	1327,2	-1282	796,6	-409	-83,8	-80,4
C3	Efeitos Alocativos	4629	-373	-0,838	4400	-352	-1579
	Termos de Troca	3650	-2259	-266	7966	-1081	-3812
	Efeito I-S	6,6	-1461	49,1	266	201	439
	Total	8285,6	-4093	-218	12632	-1232	-4952
C4	Efeitos Alocativos	1348	-161	8,16	-569	247	-55,2
	Termos de Troca	2361	-1005	-101	-1250	1258	-1170
	Efeito I-S	-27,9	-480	27,1	1,96	-244	368
	Total	3681,1	-1646	-65,7	-1817	1261	-857
C5	Efeitos Alocativos	4396	-595	-34,8	-998	-312	3139
	Termos de Troca	2419	-3357	-93,3	-3580	-822	8368
	Efeito I-S	-3,3	-1100	61,6	110	207	-264
	Total	6811,7	-5052	-66,5	-4468	-927	11243

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Essas informações ajudam a explicar o porquê dos ganhos alocativos e de termos de troca serem maiores quando eliminadas as BNTs, em relação apenas a redução tarifária para os países que participam da liberalização. Essas tabelas mostram claramente as variações, quando feita à redução das BNTs, o ganho total de bem-estar sofreria um significativo aumento (Tabela 8), dando destaque para o cenário C3 (Brasil x UE28), com um ganho de bem estar de US\$ 8,285 bilhões, devido principalmente à melhoria nos efeitos alocativos (US\$ 4,629 bilhões) e o cenário C5 (Brasil x BRICS) com um ganho de bem-estar de US\$ 6,811 bilhões, devido principalmente à melhoria nos efeitos alocativos (US\$ 4,396 bilhões). O mesmo comportamento pode ser visualizado na Tabela 9.

Ao analisar a decomposição da eficiência alocativa, se verificaria que, nos três primeiros cenários, os maiores ganhos seriam nos setores de média-alta intensidade tecnológica, com US\$ 81,8 milhões, US\$ 33 milhões e US\$ 403 milhões, respectivamente. O cenário A4 apresentaria os maiores ganhos no setor de alta intensidade tecnológica (US\$ 28,6 milhões) e o cenário A5 apresentaria maiores ganhos no setor de baixa intensidade tecnológica, com US\$ 697 milhões. Em observância à liberalização plena nos setores, se verificaria o mesmo comportamento, exceto no cenário B1, onde o maior ganho é observado no setor de serviços com US\$ 45 milhões.

Tabela 9 – Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de US\$) no cenário D

Cenários	Bem-Estar	Países/Regiões					
		Brasil	EUA	México	UE_28	Unasul	Brics
D1	Efeitos Alocativos	2595	1760	45,7	-999	-469	-972
	Termos de Troca	1560	13749	-871	-4706	-1227	-3173
	Efeito I-S	-149	5101	-120,0	-896	59,3	-2157
	Total	4006	20610	-945,3	-6601	-1637	-6302
D2	Efeitos Alocativos	1040	-155,0	313	-312	0,937	4,3
	Termos de Troca	1675	-2112	1568	-584	-196	-477
	Efeito I-S	-17,9	-476	-121	21,6	18	290
	Total	2697	-2743	1760	-875	-177	-183
D3	Efeitos Alocativos	8577	-637	5,07	6337	-520	-2081
	Termos de Troca	6136	-3807	-401	12063	-1641	-6043
	Efeito I-S	81,8	-2425	79	389	308	722
	Total	14795	-6869	-317	18789	-1854	-7403
D4	Efeitos Alocativos	2751	-350	22,9	-1213	743	-92,5
	Termos de Troca	4573	-2194	-206	-2730	3187	-2522
	Efeito I-S	22,3	-1052	57,5	-4,03	-568	785
	Total	7346,3	-3597	-126	-3947	3362	-1830
D5	Efeitos Alocativos	7184	-952	-48,5	-1533	-495	4586
	Termos de Troca	3044	-5235	-152	-5565	-1160	13194
	Efeito I-S	-96,1	-1719	99,3	184	327	-352
	Total	10132	-7906	-101	-6914	-1328	17428

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

A Tabela 10 permite verificar os ganhos de eficiência alocativa em todos os cenários para o Brasil. Quando analisada a liberalização plena nos setores mais a redução das BNTs (50%), se verificaria ganhos maiores em setores com mais intensidade tecnológica e serviços. No cenário C1, o maior ganho seria verificado no setor de serviços, com US\$ 449 milhões. No cenário C2, os produtos de alta intensidade tecnológica representariam os maiores ganhos (US\$ 167 milhões). No cenário C3, o maior ganho seria observado nos produtos de média-alta intensidade tecnológica, com US\$ 1,192 bilhões. No cenário C4, o maior ganho seria nos produtos de alta intensidade tecnológica (US\$ 664 milhões), e o cenário C5, apresentaria os maiores ganhos nos produtos de baixa intensidade tecnológica, com US\$ 1,696 bilhões.

Em observância à liberalização plena nos setores mais a eliminação das BNTs, verificam-se novamente os ganhos maiores em setores com mais intensidade tecnológica e serviços. No cenário D1, o maior ganho seria verificado no setor de serviços, com US\$ 993 milhões. No cenário D2, os produtos de alta intensidade tecnológica representariam os maiores ganhos (US\$ 353 milhões). No cenário D3, o maior ganho seria observado nos produtos de média-alta intensidade tecnológica, com US\$ 2,144 bilhões. No cenário D4, o maior ganho seria nos produtos de alta intensidade tecnológica (US\$ 1,392 bilhões), e o cenário D5 apresentaria os maiores ganhos nos produtos de baixa intensidade tecnológica, com US\$ 2,405 bilhões.

Tabela 10 – Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de US\$)

Liberalização Parcial (50%) em todos os setores								
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total	
A1	8,94	58,10	13,00	81,80	53,50	29,00	243,00	
A2	-1,09	8,42	5,88	33,00	20,70	9,24	77,70	
A3	44,00	234,00	86,80	403,00	391,00	125,00	1281,00	
A4	-2,89	23,40	1,91	24,50	28,60	12,30	89,00	
A5	53,50	697,00	48,50	181,00	502,00	138,00	1619,00	
Liberalização Plena (100%) em todos os setores								
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total	
B1	18,50	18,00	17,90	22,40	-111,00	45,00	6,40	
B2	-2,50	16,40	11,10	75,20	41,30	21,00	166,00	
B3	81,40	401,00	108,00	468,00	365,00	249,00	1665,00	
B4	-5,97	49,00	3,74	49,60	58,70	25,50	183,00	
B5	107,00	1098,00	59,40	247,00	504,00	273,00	2287,00	
Liberalização Plena (100%) em todos os setores + Redução (50%) BNTs								
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total	
C1	40,20	154,00	160,00	230,00	-1,65	449,00	1050,00	
C2	-7,31	56,90	50,70	141,00	167,00	93,10	514,00	
C3	112,00	825,00	395,00	1192,00	1060,00	1014,00	4629,00	
C4	-25,10	52,70	86,50	259,00	664,00	274,00	1348,00	
C5	157,00	1696,00	210,00	490,00	1041,00	784,00	4396,00	
Liberalização Plena (100%) em todos os setores + Eliminação BNTs								
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total	
D1	70,70	333,00	350,00	536,00	264,00	993,00	2595,00	
D2	-14,70	118,00	108,00	244,00	353,00	204,00	1040,00	
D3	149,00	1375,00	752,00	2144,00	2094,00	1982,00	8577,00	
D4	-45,60	68,70	187,00	482,00	1392,00	587,00	2751,00	
D5	219,00	2405,00	403,00	813,00	1866,00	1437,00	7184,00	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Na Tabela 11 verifica-se a variação nos termos de troca² em todos os cenários para o Brasil, sendo que os maiores ganhos em relação aos termos de troca seriam obtidos nos produtos primários.

Essa melhoria nos termos de troca é resultado, quase que exclusivamente, do aumento dos preços de exportação do Brasil, devido à maior demanda por produtos primários dos seus parceiros comerciais, após a formação dos acordos. O maior aumento dos termos de troca brasileiro ocorreria no cenário Brasil-UE (D3), que se concentra justamente nos produtos primários (US\$ 2,485 bilhões). Resultados similares forem encontrados por Megiato et al. (2016) e Gurgel et al. (2002). Os primeiros mostraram que mais de 50% da melhoria dos termos de troca do Brasil em um acordo com a UE ocorreria no setor de produtos primários.

De forma geral, os resultados de bem-estar mostram, assim como ocorreu com as exportações, que os ganhos brasileiros seriam maiores se houvesse uma liberalização comercial mais profunda, incluindo as BNTs e não apenas as tarifas de importação. Esses resultados confirmam a relevância que as BNTs adquiriram com a redução gradual e sistemática das tarifas de importação por meio das negociações da OMC.

² Os termos de troca são definidos como a razão entre o preço recebido e o preço pago pelos bens comercializáveis.

Tabela 11 – Variação nos termos de troca (em milhões de US\$)

Liberalização Parcial (50%) em todos os setores							
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total
A1	-0,13	-14,80	-12,60	-40,10	-28,20	-0,19	-96,10
A2	39,50	18,70	12,10	13,90	10,80	20,30	115,00
A3	479,00	121,00	78,20	23,20	32,40	121,00	855,00
A4	87,40	32,70	23,00	26,90	17,70	30,60	218,00
A5	490,00	103,00	82,90	76,70	32,60	147,00	932,00
Liberalização Plena (100%) em todos os setores							
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total
B1	-34,20	-56,60	-40,50	-110,00	-80,80	-20,70	-342,00
B2	96,40	43,60	28,40	33,00	25,10	46,70	273,00
B3	1049,00	265,00	164,00	31,80	55,30	257,00	1821,00
B4	182,00	68,10	47,60	55,90	36,60	63,10	453,00
B5	1046,00	202,00	172,00	154,00	48,40	312,00	1933,00
Liberalização Plena (100%) em todos os setores + Redução (50%) BNTs							
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total
C1	314,00	132,00	30,50	-101,00	-97,40	237,00	515,00
C2	266,00	142,00	89,70	88,90	80,50	160,00	827,00
C3	1672,00	663,00	374,00	110,00	144,00	688,00	3651,00
C4	799,00	392,00	213,00	241,00	254,00	462,00	2362,00
C5	1289,00	287,00	196,00	147,00	-36,80	537,00	2420,00
Liberalização Plena (100%) em todos os setores + Eliminação BNTs							
Cenários	Primário	Baixa Intensidade	Média-Baixa Intensidade	Média Alta Intensidade	Alta Intensidade	Serviços	Total
D1	759,00	373,00	124,00	-107,00	-154,00	566,00	1560,00
D2	525,00	291,00	184,00	177,00	166,00	332,00	1676,00
D3	2485,00	1239,00	650,00	233,00	266,00	1265,00	6138,00
D4	1524,00	762,00	390,00	442,00	537,00	919,00	4574,00
D5	1606,00	418,00	228,00	127,00	-152,00	818,00	3045,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GTAP.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo analisar os efeitos que a criação de APCs com importantes parceiros comerciais do Brasil teria sobre variáveis-chave para a economia, especialmente bem-estar e comércio internacional. Sabe-se que o atual cenário exige uma rediscussão da política de comércio internacional do Brasil, levando em consideração que o aumento dos APCs demonstra que a maioria dos países adotou a estratégia de integração ao comércio mundial via acordos preferenciais e não através de negociação multilaterais, conforme destacam Thorstensen e Ferraz (2014).

A imagem de um país fechado faz com que o Brasil perca acesso a inúmeros mercados. Uma das maneiras de afastar essa visão seria concluir acordos com importantes parceiros comerciais. Os cenários criados nesse estudo, bem como as simulações, demonstram isso. Os impactos da formação de acordos de livre comércio se concentram naqueles setores mais protegidos antes da criação do bloco, sendo assim, pode-se observar que as maiores reduções ocorreram no setor de produtos de baixa intensidade tecnológica.

Em relação à variação das exportações, verifica-se um significativo aumento das mesmas quando simulada a liberalização parcial (50%) e a liberalização plena das tarifas de importação, dando destaque ao aumento das exportações nos produtos de baixa intensidade tecnológica. No entanto, quando além da redução tarifária inclui-se a redução e eliminação das BNTs, verifica-se um aumento expressivo das exportações em todos os cenários e em todos os setores. Destaca-se, no entanto, uma diversidade no perfil tecnológico das exportações.

Quando simulada a liberalização plena das tarifas de importação mais a eliminação das BNTs, o aumento das exportações brasileiras seria maior no setor de alta intensidade tecnológica com EUA, México e UNASUL, já com a UE e o BRICS, o maior aumento ocorreria no setor de baixa intensidade tecnológica. Na simulação de liberalização parcial (50%) mais a redução das BNTs (50%), o setor de baixa intensidade tecnológica seria o mais beneficiado em todos

os cenários. Esses resultados são esperados devido à maior magnitude da redução das BNTs, frente à redução tarifária promovida pela OMC.

Isso demonstra como a escolha do parceiro para a formação de um bloco e a magnitude da redução das BNTs pode afetar de forma diferenciada o setor produtivo brasileiro. Com a redução plena de tarifas e BNTs, as exportações brasileiras de setores de maior conteúdo tecnológico seriam as mais beneficiadas, enquanto a liberalização parcial das BNTs, além de reduzir a magnitude das exportações em todos os acordos, iria estimular mais setores de menor conteúdo tecnológico em vários acordos.

Em relação aos ganhos de bem-estar, o Brasil seria beneficiado em todos os cenários e, da mesma forma que as exportações, os maiores ganhos seriam obtidos quando são reduzidas e eliminadas as BNTs juntamente com a liberalização tarifária. Os maiores ganhos alocativos, seriam observados nos setores com mais intensidade tecnológica, em quase todos os cenários. Em relação à melhoria nos termos de troca, observa-se que em todos os cenários os maiores ganhos em relação aos termos de troca seriam obtidos nos produtos primários. Essa melhoria nos termos de troca é resultado quase que exclusivamente, do aumento dos preços de exportação do Brasil, devido à maior demanda por produtos primários dos parceiros comerciais.

Nesse sentido, destaca-se que uma política comercial orientada para integração brasileira com importantes parceiros comerciais e com a remoção das BNTs, além das tarifas de importação, poderá trazer ganhos de bem-estar, além de aumento de produtividade, especialmente pela esperada difusão tecnológica causada pelo incremento do comércio com parceiros comerciais mais desenvolvidos. Assim, uma política comercial que priorize acordos preferenciais com parceiros relevantes para o país pode reduzir o hiato tecnológico existente na indústria nacional e permitir uma reindustrialização compatível com a dinâmica do sistema econômico internacional.

Referências

- Araújo, E. (2008). O Mercosul: Negociações extra-regionais. Brasília. Disponível em:<http://funag.gov.br/loja/download/0080-O_Mercosul_negociacoes_extra_regionais.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- Azevedo, A. (2008). Mercosul: O Impacto da Liberalização Preferencial e as Perspectivas para a União Aduaneira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p. 167-196.
- Azevedo, A. et al. (2006). Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas: uma Aplicação do Modelo Gravitacional. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 237-267.
- Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). (2014). Boletim do Mercosul. Buenos Aires, n.18. Disponível em:<<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6020/Informe%20MERCOSUL%20N%C2%B0%2018%20%282012-2013%29%20Segundo%20semestre%202012%20-%20Primeiro%20semestre%202013.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- _____. (2015). Boletim do Mercosul. Buenos Aires, n.19. Disponível em:<<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6704/Informe%20MERCOSUL%20N%C2%B0%2019%20%282013-2014%29%20Segundo%20semestre%202013%20-%20Primeiro%20semestre%202014.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- _____. (2016). Boletim do Mercosul. Buenos Aires, n.20. Disponível em:<<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/7280/Informe-MERCOSUL-20->

- Segundo-Semestre-2014-Primeiro-Semestre-2015.pdf?sequence=4>. Acesso em: 19 set. 2016.
- Bellonia, C.; Silva, O. (2007). Indicadores de Barreiras não-tarifárias as exportações de carnes do Brasil. Informe GEPEC, Paraná, v.11, n.1, p. 1-16.
- Canuto, O. et al. (2015). O curioso caso da falta de abertura do Brasil ao comércio. RBCE, Rio de Janeiro, n. 122, p. 20-25.
- Fugazza, M.; Maur, J. (2008). Non-tariff barriers in CGE models: How useful for policy. *Journal of Policy Modeling*.
- Furtado, A.; Carvalho, R. (2005). Padrões de Intensidade Tecnológica da Indústria Brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 70-84.
- Gurgel, A.; Bitencourt, M.; Teixeira, E. (2002). Impactos dos Acordos de Liberalização Comercial Alca e Mercoeuropa sobre os Países Membros. RBE, Rio de Janeiro, p. 336-369.
- Kee, H. et al. (2009). Estimating Trade Restrictiveness Indices. *The Economic Journal*, p. 172-199.
- Laird, S. (1996). *Quantifying commercial policies*. Stanford: Stanford University, Institute for Theoretical Economics.
- Megiato, E.; Massuquetti, A.; Azevedo, A. (2016). Impacts of integration of Brazil with the European Union through a general equilibrium model. *Economia (Brasília)*, v. 17, p. 126-140.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). (2016). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- Monteagudo, J.; Watanuki, M. (2003). Regional Trade Agreements for Mercosur: a comparison between the FTAA and the FTA with the European Union. *Économie Internationale*, p. 53-76.
- Philippidis, G.; Sanjuán, A. I. (2007). An Analysis of Mercosur's Regional Trading Arrangements. *The World Economy*, v. 30, n. 3, p. 504-531.
- Rau, M.; Verma, M. (2015). NTMs in CGE models – Is reducing iceberg trade costs enough? Na experimente of modelling EU DFCTAs in GTAP.
- Thorstensen, V.; Ferraz, L. (2014). O Isolamento do Brasil em Relação aos Acordos e Mega Acordos Comerciais. BEPI, Brasília, n.16.
- Thorstensen, V. (1999). *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio*. São Paulo: Edições Aduaneiras. 517 p.
- Viegas, I. (2003). Impactos das barreiras comerciais dos EUA e União Europeia sobre a pauta das exportações agrícolas brasileiras. 81 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.